

MENSAGEM N.º 248, DE 2022

(Do Poder Executivo)

Ofício nº 261/2022

Submete aos Senhores Membros do Congresso Nacional a apreciação do ato constante da Portaria n. 1.510, de 6 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 30 de abril de 2020, que outorga autorização à Asociação Comunitária Imprensa FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, no município de Aracaju, Estado de Sergipe. - TVR 30/2022 - Portaria nº 1.510, de 06 de abril de 2020 - Associação Comunitária Imprensa FM, no município de Aracaju - SE.

DESPACHO:

TRANSFORMADA EM: TVR-30/2022

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 - CCJR)

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, no município de Aracaju, Estado autorização à Associação Comunitária Imprensa FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem de 6 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 30 de abril de 2020, que outorga Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências o ato constante da Portaria nº 1.510,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da

de Sergipe.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Brasília, 23 de maio de 2022.

MENSAGEMIN9 248

A parkormujade com a assenza pode ser senfrasor em http://www.gov.bu/assinadon.digital



Brasilia, 23 de Dezembro de 2020

EM nº 00075/2020 MCOM

tavoraveis

Parecer n°

243/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU,

também apresentou

considerações

modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área geral das localidades postulantes. desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5024/2020/SEI-MCTIC, de Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da

no DOU de 30/04/2020. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1510, de 06 de Abril de 2020, publicada Com base nesses posicionamentos, o então Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia,

processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no intormações benéticas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclu-

A entidade requereu ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outerga objeto do presente processo passará a produzir cícitos legais somente após deliberação da Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 323 do Constituição Federai.

Respeitosamente,

PORTARIA SEI Nº 1,510, DE 6 DE ABRIL DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES I, COMUNICAÇÕES, no uso dia sues atribuições, considerando a disposte no ert. 9º, inciso II, e no art. 19 de Decreta nº 2,625, de 3 de junho do 1993, u/c a Lef $(v^0.9.5)$ 2, de 19 de l'evereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo v^0 01250.031791/2018-73, resolve:

A4, 1º Outorgar autorização à Associação Comunitaria Improrsa FM, CNPJ nº 21,073,733/0001-00, qua sodo se situa na Rua João Ribeiro, nº 937. Ba no Santo América na tocalidade de Aracaju. Estado

exclusividade, utilizando o canal 290, cuja frequência é de 105,9 MHz.

regulamentos e normas complementares Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus

termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos

de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada

	\mathbf{D}		LIBAR	CTIA
FIIVI	DO	DOG	JUIVIE	ENTO